

Apontada desigualdade na assistência médica

* 2 MAI 1976

A assistência médica no Brasil, hoje, em vez de apresentar um equilíbrio perfeito entre o sistema de atendimento e as necessidades da população, apresenta um equilíbrio de desigualdades que se manifestam na distribuição da doença, no acesso aos serviços de saúde e na qualidade da atenção prestada. Com essa definição, o professor Hesio Cordeiro, do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, iniciou os debates do último dia do ciclo sobre o Sistema Nacional de Saúde, realizado na Faculdade de Enfermagem da USP.

O professor carioca deixou claro que as desigualdades, além de se manifestarem entre as várias regiões geopolíticas, existem dentro de cada região entre as classes sociais: "Assim, justamente a classe mais atingida pelas doenças, que poderiam ser evitadas em grande parte, é a que tem menor acesso aos serviços de saúde e, quando tem, recebe um atendimento de baixa qualidade".

Ele citou um documento elaborado por Murilo Bastos, da Previdência Social, que aponta as distorções existentes atualmente no sistema de saúde. Em relação aos objetivos, hoje eles se dirigem muito mais ao lucro do setor privado, do que à modificação da qualidade de vida da população. Há uma superposição das instituições que prestam serviços médicos e uma grande competição dentro do setor privado. A clientela que deve ser submetida às ações de saúde não é definida e a avaliação qualitativa dos serviços prestados (eles estão ou não contribuindo para melhorar o nível da população?) inexistente.

A lei que cria o Sistema Nacional de Saúde, segundo Hésio Cordeiro, surge dentro desse quadro, propondo uma racionalização dos recursos e das ações e uma integração e cooperação das instituições que atuam na área da saúde. Entretanto, Hésio Cordeiro considera que embora a teoria dos sistemas seja perfeita no papel, ele é insuficiente para explicar a dinâmica das instituições que atuam no setor.

Se o Estado não vai intervir no setor privado, que controla 80 por cento dos leitos hospitalares existentes no País, como racionalizar e integrar os serviços de saúde? Essa pergunta dominou os debates que contaram com a participação de outros especialistas: Otávio Mercadante, da Coordenadoria dos Serviços Técnicos da Secretaria da Saúde; Eurivaldo Sampaio de Almeida, da Coordenadoria da Saúde da Comunidade; e Ernesto Lima Gonçalves.

E essa questão é fundamental porque, dentro do sistema de saúde brasileiro, a atenção à pessoa, justamente o setor dominado pela medicina de mercado, tem papel preponderante. Tanto é assim que o orçamento do Ministério da Assistência e Previdência Social, para este ano, é de 14 bilhões de cruzeiros, enquanto o do Ministério da Saúde se resume a 970 milhões.

Essa talvez seja a principal barreira, historicamente dada, à implantação do Sistema Nacional de Saúde. Entretanto, mesmo dentro do quadro atual têm sido apontadas algumas alternativas. Uma delas, lembrada pelo professor Hesio Cordeiro, é a articulação dos serviços oficiais com os serviços beneficentes, que embora sejam privados não são teoricamente lucrativos. E as instituições propriamente lucrativas não seriam mais subvencionadas pelo INPS, através da compra de serviços.

Apesar da reação da Federação dos Hospitais a essa proposta de Murilo Bastos, o professor Hésio Cordeiro considera fundamental a sua defesa. Porque só assim será possível ir eliminando, progressivamente, as desigualdades atuais.

Para Otávio Mercadante, o problema da implantação de um sistema adequado de saúde não é técnico, mas político. Por isso, os conferencistas deixaram claro a necessidade de todos os profissionais da área de saúde discutirem profundamente o problema e exercerem uma pressão efetiva no sentido de estender os serviços de saúde, de maneira integrada, a toda a população.